

“ESTRANJOMANIA”: do costume de utilizar termos estrangeiros em terras brasileiras

“ESTRANJOMANIA”: concerning custom of using foreign terms in Brazilian lands

Beatriz Rodrigues*

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

RESUMO: As polêmicas suscitadas em virtude da utilização de termos estrangeiros no Brasil, especialmente o francês, foram constantes nas primeiras décadas do século XX. Ainda que essa discussão estivesse presente na imprensa desde o século XIX e permaneça atual, a questão adquiriu papel de destaque naquele momento em que falar e/ou escrever palavras estrangeiras trazia consigo ares de refinamento e civilidade. As polêmicas giram em torno da desvalorização da língua portuguesa, da pureza idiomática, da nacionalidade brasileira, da cópia em relação às potências europeias, dentre outros. Por meio de registros do passado retirados de jornais e revistas, este artigo apresenta parte dessas discussões que circularam pelo país buscando refletir historicamente sobre elas.

PALAVRAS-CHAVE: Língua. História. Imprensa. Brasil.

ABSTRACT: The polemics raised due to the use of foreign terms in Brazil, especially in french, were constant during the first decades of the 20th century. While this discussion was present in the press since the 19th century up to the present day, it gained special prominence at that time when to speak and/or to write foreign words brought with itself a semblance of refinement and cultivation. The polemics deal with the devaluing of Portuguese, with language purity, the Brazilian nationality, the copying of European nations, etc. Through registers from the past, taken from newspapers and magazines, this article presents these discussions that covered the country, while trying to historically reflect upon it.

* Mestre e doutora em história e cultura social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Docente adjunta do departamento de história da Universidade Federal de Rondônia campus Rolim de Moura - RO. E-mail: bia_sic@hotmail.com

KEYWORDS: Language. History. Press. Brazil.

Introdução

A utilização de termos estrangeiros, especialmente franceses, configurava uma prática cada vez mais comum em terras brasileiras nos primórdios do século XX. *La langue parisienne* instilava ares de refinamento e o empréstimo de alguns vocábulos supostamente ambientaria os brasileiros aos valores “universais”. Nem todos, porém, viram a prática com bons olhos e manifestaram-se contrários em diversos periódicos nacionais. Não era contra o estrangeiro, mas sobretudo, contra o uso desmesurado de palavras estrangeiras que esses escritores teceram objeções. Este artigo apresenta parte das discussões sobre o uso dos “estrangeirismos” veiculadas pela imprensa de modo a refletir sobre as questões relacionadas à(s) identidade(s) brasileira(s) e suas reverberações.

O hábito de utilizar palavras estrangeiras, apesar de corrente, sinalizava espécie de negação do que era nosso, das nossas origens e da nossa nacionalidade conforme textos publicados em periódicos brasileiros. Aceitava-se de bom grado palavras que se mostrassem úteis ao longo do tempo, fosse pela falta de expressão semelhante no português ou pela necessidade do uso cotidiano. No entanto, o emprego imoderado de tais locuções não era benquisto. Vários apontamentos teceram crítica àqueles que “falavam e escreviam bem” línguas alheias, mas não escreviam “corretamente” a própria língua, ou seja, não seguiam a norma padrão estabelecida. Segundo escritor curitibano, tratava-se de “desbrasileiramento por vaidade” e de falta de “educação nacionalística” (SANTOS, 1926, p. 2).

Para termos ideia desse aspecto, vejamos artigo publicado em 1909 no periódico *O Paiz* do Rio de Janeiro assinado pelo pseudônimo V. Nele, o autor afirmava que uma Fundação criada em Juiz de Fora recebeu o nome de “Paraguassú Foot-Ball Club”. De acordo com o escritor, “lendo esta comprida e tupy anglicanica denominação, a gente pensa, desde logo, que a sociedade projectada irá funcionar como alguma colonia de índios, sob o protectorado da Inglaterra”. Porém, conforme o artigo, os rapazes eram legítimos mineiros e o “Paraguassú Foot- Ball Club” nada mais era que juiz de forense. Ainda de acordo com o escritor, a “invasão” dessas palavras na nossa língua ia se dando

de tal modo que em pouco tempo seria difícil distinguir com precisão o idioma que falamos (V., 1909, p. 2).

O escritor V. afirmava não se considerar um purista da língua portuguesa. Ainda assim, não admitia que essa mesma língua fosse transformada em uma “[...] salada anglo-franco-tupy-hispano-italo-portuguesa”. E para finalizar seu artigo, concluía ironicamente que não haveria de ser engraçado uma pessoa nascida em Minas Gerais “[...] após a digestão de um almoço de couve e de torresmo, ir para o *ground* do Paraguassú, como o mais entusiasta dos foot-ballers da localidade, disputar, com ardor, um ou mais teams, falando um inglês miseravelmente macarrônico?” (V., 1909, p. 2).

O escárnio do escritor é patente. Ele utiliza o termo inglês macarrônico referindo-se a uma língua mal falada.¹ O ato de “estrangeirar”, ao invés de “chic”, era digno de descrédito e riso.

Textos críticos como esse abundaram as páginas impressas e constituem-se objeto de análise deste artigo. Objetiva-se refletir a maneira como línguas europeias, sobretudo, a francesa, foram se edificando e reverberaram ao longo do tempo como baluarte linguístico no país. Para tanto, periódicos brasileiros que apresentaram esse debate nas primeiras décadas do século XX serão utilizados como fonte primordial. Salienta-se que muitas dessas discussões apareceram em periódicos cariocas e paulistanos e devido ao fato de as cidades funcionarem como centros dinamizadores das publicações impressas, elas serão destacadas. Não se acredita, contudo, que eles encerrem a totalidade das discussões sobre a temática. Ademais, evidencia-se neste trabalho os posicionamentos que questionaram o uso dos termos estrangeiros. Contudo, é válido recordar que mesmo não constituindo o foco desta análise, outros posicionamentos foram igualmente defendidos nas páginas impressas e são parte da nossa história, que não é, de forma alguma, uníssona.

¹ Compreende-se por língua macarrônica a mistura intencional e literária de duas línguas para fins parodísticos, conforme análise de Otto Maria Carpeaux. Nesse sentido, não se trata de uma língua nova, “artificial”, mal conhecida ou copiada, mas, sobretudo, de um procedimento intertextual de construção da sátira. (CARPEAUX, s. d., p.251). A linguagem macarrônica brasileira compunha-se pela mistura do português e outra língua distinta. Era veiculada pela imprensa e representava o linguajar dos imigrantes que vieram ao país. Neste sentido, devido à quantidade de imigrantes italianos que aqui aportaram, é mais comum encontrarmos textos em italiano.

1 Por que o francês?

Compreender os motivos da importância atribuída ao francês por parte de muitos brasileiros não é tarefa fácil. Os caminhos escolhidos por Frantz Fanon para justificar o uso excessivo da língua francófona na Martinica pode nos ajudar nesse sentido. Segundo o psiquiatra, os povos colonizados tomam posição diante da linguagem da nação civilizadora – da cultura metropolitana. Quanto mais se assimila os valores culturais da metrópole, “mais o colonizado escapará da sua selva” (FANON, 2008, p. 34).

As ideias de Frantz Fanon são importantes para pensarmos acerca do uso do francês no Brasil, assim como a própria institucionalização do português como língua oficial. A aproximação com as línguas europeias está interligada aos ideais civilizadores/colonizadores e nos interessa compreender de que maneira esses posicionamentos foram apresentados na imprensa no início do século XX.

De acordo com periódico cuiabano, a língua francesa passou a se disseminar no Brasil após a Primeira Guerra Mundial. Conforme artigo denominado Extrangeirismo (de autoria não identificada), as revistas francesas muito contribuíam para isso, na medida em que os escritores não eram capazes de traduzir certas palavras e tendiam a empregá-las sem modificação. Havia aqueles que realizavam a tradução, porém, o faziam mal. Aliás, eram das más traduções que se encontravam muitos “defeitos na nossa língua” afirmava o periódico: “há sempre phrases afrancezadas como ‘venho de receber’ (je viens de recevoir) [...] em vez de acabo de receber. Isso se nota muitas vezes em homens de talento. Sabem que estão errados, mas não importam” (Extrangeirismo, 1925, p. 01).

Leoncio Correia em *O Dia*, periódico paranaense, também explicitou o motivo da predileção pela França. Afirmou que “em dado momento da vida do planeta, fixou-se, por uma especie de accordo espontaneo das intelligencias, a lingua franceza como a mais ajustada para servir de vehiculo do pensamento universal [...]”. O escritor não esclarece que espécie de acordo seria esse, mas explica que se tratava de uma língua “sonora e graciosa, ductil e maleavel, graças a um trabalho continuo de varias gerações de ourives da palavra, que a cepilharam e a poliram e a joeiraram de todas as impurezas[...]” (CORREIA, 1928, p. 2).

Como bem lembrou o diplomata e ex-presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, “todo homem tem duas patrias, a sua e a França”. O francês era, afinal, a “língua da civilização” (*A Razão*, 1917, p. 4).

Como pontuado por Norbert Elias, “o conceito de ‘civilização’ refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes”. Seria difícil resumir em algumas palavras tudo o que se pode descrever com esse conceito, já que “rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’” (ELIAS, 2011, p. 23).

Para Elias, porém, ao examinar o que verdadeiramente constitui a função “do conceito de civilização, a qualidade comum agregada por todas as várias atitudes e atividades humanas descritas como civilizadas, chega-se à seguinte conclusão: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. (ELIAS, 2011, p. 23). É como se a sociedade ocidental procurasse “descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais”.²

Historicamente, o conceito de civilização se desenvolveu em detrimento de outros, tal como o de cortesia e, posteriormente, o de civilidade. Cortesia, civilidade e civilização corresponderiam a três estágios de desenvolvimento da sociedade ocidental. Essa interpretação corroborada pelo trabalho de Jean Starobinski (2001, p. 11-56), na medida em que esse percebe a civilização para além das noções de polidez, urbanidade e difusão do conhecimento. Em sua acepção, durante o século XIX, o termo relacionar-se-ia à ideia de processo, estando baseado em uma percepção iluminista que encarava o avanço científico de maneira etapista. Nesse sentido, civilização passaria a ser mais que um estado, seria na realidade o estágio de um processo que deveria ser seguido pelas outras nações.

² Norbert Elias citou a diferença entre o conceito de civilização entre as próprias nações ocidentais. Para o autor, a grande diferença estaria entre ingleses e franceses de um lado e alemães, de outro. “Para os primeiros, o conceito resume em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade. Já no emprego que lhe é dado pelos alemães *Zivilisation*, significa algo útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*” (ELIAS, 2011, p.23).

A inserção dos estrangeirismos no Brasil guarda relação com esse processo civilizador descrito por Elias e Starobinski. De fato, como apontam muitos periódicos da época, a utilização dos termos francófonos era benquista e pode ser remontada à cultura portuguesa e sua disseminação em terras brasileiras.

Desde a fundação de Portugal que o francês penetrou profundamente em toda a Península Ibérica. Consoante Silveira Bueno, a ortografia (nh, lh) e a caligrafia (reforma carolíngia) ressentiam-se de contaminações literárias com a Provença, Borgonha e o norte da França. As “contaminações” no período clássico eram tão intensas que Portugal teria aumentado a luta contra o galicismo. Entendia-se que era possível construir uma língua pura, sem importação de qualquer tipo de vocabulário ou sintaxe (BUENO, 1967, p. 239).

Peter Burke remontou ao século XVII e XVIII para demonstrar que a busca pelo purismo se deu em diversos lugares e de diferentes formas. No século XVII na Alemanha, por exemplo, intensos debates sobre a questão ganharam força. Segundo Burke, as críticas à invasão do alemão por palavras francesas, principalmente relacionadas ao comportamento, eram intensas. Em realidade, a campanha linguística era parte de uma reação geral contra modelos culturais estrangeiros, “especialmente os franceses, do vestuário à gastronomia [...]”. Peter Burke comenta sobre o superintendente de escolas em Halle e membro da Fruchtbringende Gesellschaft que comparou a língua alemã a “uma donzela pura abraçada por línguas estrangeiras”. No século XVIII a campanha alemã contra as palavras estrangeiras ainda era intensa, o que prova, conforme Burke, que os puristas não obtiveram sucesso (BURKE, 2010, p. 166 e 167).

No fim do século XVII, os italianos também estavam preocupados com o afrancesamento da língua. O acadêmico napolitano Gianvicenzo Gravina teria usado, por exemplo, “o termo ‘poluir’ (inquinari) para referir-se à entrada de palavras estrangeiras no italiano[...]”. Similar ao caso alemão, a “invasão” teria continuado no século XVIII na Itália e o escritor veneziano Carlo Gozzi teria “condenado o francês por estragar o italiano, deformá-lo e virá-lo de cabeça para baixo (ele o chamou de o maggior guastatore, rovesciatore e diffamatore dell’eccellente idioma nostro)” (BURKE, 2010, p. 169).

O uso dos galicismos fomentava admiração por muitos brasileiros. Ainda assim, incomodava tantos outros que viam na prática um ataque ao purismo idiomático. Na literatura brasileira, com intermitências de entusiasmos e esmorecimentos, não faltaram

vozes e livros que clamassem contra o estrangeirismo da língua. De acordo com Marcos Bagno, (2001, p.60) durante quase 200 anos, até o início do século XX, o grande “inimigo”, o terrível “invasor”, o cruel “destruidor” da língua portuguesa foi o francês.

Frei Francisco de São Luís, no final do século XVIII, já falava sobre “o vício de pensar francês”. Em 1816, com o título de Cardeal Saraiva, publicou um livro com o título: *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância ou necessidade se têm introduzido na locução portuguesa moderna; com juízo crítico nas que são adotáveis nela*. Afora essa primeira obra significativa sobre o assunto, tivemos os trabalhos de Almeida Garret na primeira metade do século XIX, os trabalhos do intelectual português padre José Agostinho de Macedo no mesmo período, do escritor e político brasileiro Ramalho Ortigão no final do século XIX, dentre outros (BURKE, 2010, p. 60 e 61).

De acordo com Flora Süssekind, desde 1840 já havia crítica à questão dos estrangeirismos na imprensa brasileira, como a do padre Lopes Gama no periódico pernambucano *O Carapuceiro* (SUSSEKIND, 1993, p. 457 e 468). As críticas avolumaram-se na medida em que o uso das palavras foram se tornando prática comum.

Nas folhas d’*A Pátria*, periódico carioca, encontramos referência à “importação linguística” vivida pela própria França, país acusado de ser o maior causador das impurezas da língua alheia:

Em quanto nós aqui criticamos muita gente, que só escreve ou falla o portuguez (principalmente nas altas rodas) intercalando em cada frase duas, três palavras francezas, a imprensa parisiense começa a fazer uma forte guerra aos seus patricios, que não conversam sem chamar em auxilio vocábulos ingleses bem dispensáveis (N., 1903, p. 1).

Se muitos brasileiros não deixavam de lado a língua francesa, os franceses não conseguiam abandonar o elegante inglês. Na revista semanal *Les Annales* publicada aos domingos, por exemplo, Georg D’Esparbés escreveu um artigo com o título *L’anglomanie*, que tratava justamente dessa questão. Nele, o escritor resignava-se com a vida elegante parisiense e o uso de palavras em inglês de modo a desnaturalizar a língua pátria.

Apoiadores e críticos: não faltaram vozes na imprensa brasileira para debater o uso dos estrangeirismos, sobretudo, o francês. Entre as vozes que se levantaram a favor, encontramos argumentos como o refinamento, os “ares de civilidade”, a ligação com o mundo europeu e a predisposição para a universalidade. As manifestações contrárias quase sempre estiveram interligadas ao ideal de pureza da língua portuguesa. Interessante notar que as principais críticas se destinaram ao que denominaram “deturpação do português”, uma língua latina encarada como “nossa”.

A língua portuguesa nos mantinha atados à antiga metrópole. A defesa da unidade linguística em relação a Portugal apareceu frequentemente como símbolo de *status*. As diferenças regionais e as variações indígenas e africanas também foram obliteradas em defesa do idioma oficial. Poucos relatos teceram crítica ao uso do francês em detrimento da utilização de termos indígenas ou africanos, por exemplo.

É válido lembrar, como bem retratou Jonathan Steinberg, que “o Estado define ou deixa de definir a fronteira entre língua e dialeto” (1997, p. 236). Ou seja, existem critérios pessoais, culturais, políticos e administrativos que perpassam essa questão. O mesmo é válido para pensar o caso dos estrangeirismos. Ora seu uso era justificado pela aproximação com a cultura europeia, sobretudo, a francesa, ora era condenado na medida em que feria a “pureza” da língua portuguesa, clássica, latina, europeia, herdada de Camões. Nossas predileções, anseios e apagamentos linguísticos diziam (e dizem) muito sobre nós.

2 Os termos estrangeiros em (ab)uso nas cidades

O imbróglio quanto ao uso dos termos estrangeiros acentuava-se quando envolvia problemas de funcionamento das cidades em aspectos como as fachadas das lojas, o cinema, o ensino, dentre outros.

O caso das tabuletas, por exemplo, chegou a se tornar problema judicial em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A Câmara Municipal de São Paulo no início do século XX, por exemplo, com o intuito de “proteger” a língua vernácula exigiu que os estabelecimentos comerciais expusessem suas tabuletas exclusivamente em língua portuguesa, isso porque era comum que casas de comércio

adotassem nomes franceses, italianos, ingleses, etc. Outra medida adotada pela prefeitura foi a tributação de todos os letreiros e tabuletas que mantivessem as tais palavras estrangeiras.

De acordo com *A Gazeta*, quase todos os estabelecimentos em São Paulo submeteram-se às prescrições da prefeitura e apressadamente traduziram seus rótulos. “O *Bon Marché*, que qualquer estudante de primeiras letras traduziria O barateiro, transformou-se em Bom Mercado [...]”. Já “a *Rôtisserie Sportsman* é que se encontra[va] em sérios embaraços. Ou se transforma[va] em Assadeira sportiva, ou paga[va] um conto de réis de imposto” (*A Gazeta*, 1915, p. 2).

Ainda de acordo com *A Gazeta*, a prefeitura agia corretamente em zelar pelo vernáculo. A instituição deveria também tributar aqueles que “estropeassem o portuguez nas taboletas”. Conforme o periódico, não havia outra opção em tempos de menosprezo pela língua pátria (*A Gazeta*, 1915, p. 2).

Procedimento semelhante teria ocorrido em Belo Horizonte. O Conselho deliberativo da capital riograndense declarou ser proibido em 1915 o uso de termos estrangeiros em anúncios, placas, tabuletas, rótulos, emblemas ou denominações de casas comerciais, de diversões, estabelecimentos bancários, dentre outros. Já no ano de 1916, a cidade estabeleceu o pagamento de taxa de 200 réis para as casas e estabelecimentos que tivessem sede na capital e que empregassem a língua estrangeira para qualquer dos fins mencionados na resolução municipal (*A Gazeta*, 1915, p. 2).

Inúmeras controvérsias envolveram as tabuletas e seus processos de nacionalização. De acordo com jornais e revistas da época, parte dos desentendimentos ocorria devido ao uso descomunal dos estrangeirismos. Durante a guerra, por exemplo, *A Careta* afirmava que os jornais se encheram de termos como *camouflage*, *poilus*, *tommies* e que as medidas tomadas em relação as tabuletas não eram suficientes. Era necessário “nacionalizarmos a nós mesmos” (ACACIO, 1919, não paginado).

A despeito das discussões contrárias e favoráveis ao uso de palavras estrangeiras, o poder judiciário de São Paulo modificou em 1921 a legislação relativa aos letreiros das casas comerciais estrangeiras que operavam no Brasil. Eliminava-se por decisão federal a obrigatoriedade de tradução dos nomes estrangeiros para o português. A decisão foi baseada no fato de que os decretos municipais violavam as concessões federais sob as

quais as companhias estrangeiras funcionavam. A maioria das empresas estrangeiras era incorporada no Brasil com seus nomes de origem.

É válido recordar que as polêmicas legislativas sobre o uso dos estrangeirismos nunca deixaram de existir. Em 1999, por exemplo, instaurou-se uma polêmica a partir do Projeto de Lei n.º 1676 de 1999 da autoria do Deputado Aldo Rebelo. O projeto dispunha sobre “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”. O grande ataque do deputado era dirigido aos estrangeirismos, especialmente as palavras de origem inglesa.

Para Marcos Bagno, a língua não necessita de legislação. Indiciar e punir aqueles que se servem de expressões estrangeiras é algo de extrema violência e autoritarismo³ (BAGNO, 2001, p.56). O intelectual afirma que a língua “é um sistema autoregulador, que dá conta de suas próprias carências e necessidades. Ela mesmo acolhe o que tem serventia e descarta o que é dispensável” (BAGNO, 2001, p. 82). Sendo assim, ela não “precisa ser ‘defendida’ de seus próprios falantes, que são seus legítimos usuários e devem ter a liberdade de fazer dela o que bem quiserem” (BAGNO, 2001, p. 83).

Carlos Alberto Faraco afirmou que, se Machado de Assis estivesse vivo, “estaria se deliciando em ironizar as ‘boas intenções’ do deputado, como o fez em suas belas crônicas contra a cruzada antiestrangeirismos do médico Castro Lopes nos fins do século XIX” (FARACO, 2001, p. 44). Antônio de Castro Lopes era um latinista famoso que escrevia sobre astrologia, espiritismo e homeopatia. Em 1889 iniciou uma série de artigos na *Gazeta de Notícias* propondo a substituição dos estrangeirismos por vocábulos novos em latim que eram elaborados por ele mesmo. Em crônicas da série “*Bons Dias!*”, Machado de Assis escrevia ironizando-o. Vejamos trecho de uma das crônicas:

Pego na pena com bastante medo. Estarei falando francês ou português? O Sr. Dr. Castro Lopes, ilustre latinista brasileiro, começou uma série de neologismos, que lhe parecem indispensáveis para acabar com palavras e frases francesas. Ora, eu não tenho outro desejo senão falar e escrever corretamente a minha língua; e se descobro que muita coisa que dizia até aqui, não tem foros de cidade, mando este ofício à fava, e passo a falar por gestos.

³ O autor comenta sobre o período ditatorial do governo Vargas e sobre o autoritarismo em relação à língua quando da proibição do ensino alemão e italiano nas regiões do Sul do país. Ademais, “o regime fascista de Vargas criou o conceito de ‘crime idiomático’ e centenas de pessoas foram presas, torturadas ou confinadas à concentração pelo fato de ousarem falar sua língua materna.

Não estou brincando. Nunca comi *croquettes*, por mais que me digam que são boas, só por causa do nome francês. Tenho comido e comerei *filet de boeuf*, é certo, mas com restrição mental de estar comendo *lombo de vaca*. Nem tudo, porém, se presta a restrições; não poderia fazer o mesmo com as *bouchées de dames*, por exemplo, porque *bocados de senhoras* dá idéia de antropofagia, pelo equívoco da palavra (Bons Dias, 1889, não paginado).

A ironia de Machado de Assis em relação a Castro Lopes e a preocupação excessiva dos “puristas” em relação à língua era contundente. As inquietações de Lopes eram tão intensas que ele chegou a criar palavras como “lucivelo” para substituir abajur, “venaplauso” no lugar de claque, “ancenúbio” ao invés de nuance, dentre outras, que não obtiveram sucesso e nem se mostraram exequíveis. Aliás, a imagem que se criou em torno de Castro Lopes era um tanto chistosa, conforme a própria crônica machadiana.

Os inconvenientes relacionados às tabuletas não se referiam apenas ao uso dos termos estrangeiros. João do Rio lembrou as “tabuletas disparatadas” que faziam rir devido aos “problemas” com o próprio português. “As tabuletas contam a nossa vida. E nessa babel de apelos à atenção, ressaltam, chocam, vivem estranhamente os reclamos, extravagantes, as tabuletas disparatadas. Quantas haverá no Rio? Mil, duas mil, que nos fazem rir” (RIO, [1910]1997, p. 98). Um dos motivos que fazia rir, segundo o literato, era justamente as tabuletas mal escritas. Havia também os “engraçadinhos” que faziam “as tabuletas propositadamente erradas, como um negociante da rua Chile: Colxoaria de primera Colxães contra purgas e percevejos?” (RIO, [1910] 1997, p. 100).

Willi Bolle lembra que as tabuletas, juntamente com as placas de trânsito, outdoors, sinais, letreiros, anúncios, cartazes, folhetos, dentre outros, compunham os textos urbanos dos quais Walter Benjamin trabalhou no intuito de refletir sobre a cidade como espaço de experiência sensorial e intelectual da modernidade. Seu livro *Contramão* seria um “fac-símile” do que o cidadão em suas andanças pela cidade tinha diante dos olhos, na maioria das vezes, de passagem, de modo distraído e as tabuletas, bem escritas ou não, com a utilização de estrangeirismos ou não, era parte da paisagem da metrópole moderna (BOLLE, 2000).

Além das tabuletas e das placas, o cinema teria funcionado igualmente como “algoz” da língua para alguns brasileiros. Em primeiro lugar, havia os anúncios das películas cinematográficas que não obtiveram nenhum tipo de admoestação dos poderes

públicos. Ademais, considerava-se as legendas tão nocivas quanto as tabuletas do comércio, já que seus efeitos atingiam o grande público.

Os filmes em língua inglesa que passavam nas telas brasileiras causaram descontentamento em diversos momentos. Sabe-se que um projeto contra as fitas em língua estrangeira foi apresentado à Câmara Municipal em 1929 pelo vereador Alexandre Albuquerque, fato que provocou inúmeros protestos de parte significativa da imprensa paulistana. Manifestaram-se contrários à medida em questão os Srs. Guilherme de Almeida, João Ribeiro e Abrahão Ribeiro, além de outros (CANUTO, 1929, p. 5).

Medeiros e Albuquerque em uma das sessões da Academia de Letras também sugeriu que fosse dirigida ao Legislativo uma petição no sentido de serem taxados com elevados impostos os filmes em língua estrangeira. “Essa medida, digna dos maiores aplausos, viria coibir, em grande parte, o abuso revoltante que constitui a imposição de uma língua estranha em nosso paiz” (ALBUQUERQUE, 1929, p. 19).

Outro membro da Academia de Letras, João Ribeiro, se manifestou contrário à instituição devido ao seu antagonismo manifesto aos termos estrangeiros. Segundo o escritor, a Academia era um órgão de defesa da língua nacional. Todavia, sua defesa não poderia declarar guerra às línguas estrangeiras: “A difusão da língua inglesa pelo cinema seria o maior e o mais humano de todos os benefícios. Convem a todo mundo, todo o planeta conhecer a língua de maior difusão e superfície da terra, dotada de enorme literatura científica, technica [...]. Ademais, o cinema era mencionado como “uma indústria formidável” e não deveria ser destruída ou sequer contrastada com os recursos nacionais (RIBEIRO, 1929, p. 4).

Assis Chateaubriand afirmou que aqueles que eram contra o cinema falado em inglês deveriam revoltar-se também “contra o theatro francez, contra o theatro italiano e contra o proprio theatro lusitano. Se não queremos admitir films em lingua inglesa por que consentirmos que a opera lyrica no Municipal seja cantada em alemão ou italiano?” Para o jornalista, “o jacobinismo nacional” nunca havia ido tão longe e com medida “mais imbecil do que essa”. O filme falado constituía uma etapa do progresso obtido na técnica cinematográfica e não haveria motivo para rejeitá-lo. (RIBEIRO, 1929, p. 4).

A ideia de que exibíamos filmes estrangeiros, sobretudo, americanos, porque nossa indústria cinematográfica era fraca, era bastante difundida. R. Magalhães na revista

Frou-Frou afirmou que seria infinitamente melhor se tivéssemos o nosso próprio cinema em língua portuguesa. Contudo, afirmava que enquanto “a nossa industria cinematografica não tiver evoluído, não tiver logrado produzir boas pelliculas faladas, fiquemos com o cinema em inglez, que nos offerece excelentes attractivos, magnificas horas de entretenimento” (MAGALHÃES JUNIOR, 1930, p. 15).

Em conformidade com diversos periódicos, outra questão marcante na imprensa em relação ao cinema dizia respeito às péssimas traduções das legendas. Os tradutores cinematográficos de acordo com os relatos, rejeitavam as regras gramaticais e “espezinhavam a paciência dos amantes da boa linguagem, sem a menor piedade” maltrata[vam] o idioma, multilá[vam]-no, falsifica[vam]-no com uma sem-cerimonia diabolica” (PAPAFITA, 1925, não paginado).

Contava um escritor da *Fon-Fon* que havia lido a seguinte frase em uma legenda explicativa: “‘Fulano não quer que sua filha filme com o conde’. Filme? Que significará isto? Como é que a filha do Fulano podia filmar com o conde?” (PAPAFITA, 1925, não paginado). O termo filme havia sido traduzido erroneamente. O correto seria *flirt* que, aliás, era, de acordo o escritor, um novo termo que ia se “intrometendo no nosso pobre vocabulario, com significação elegante de namoro moderno” (*Fon-Fon*, 1913, p. 47).

Percebe-se que para muitos brasileiros, as legendas mal escritas do cinema representavam um desrespeito à língua portuguesa, era um “verdadeiro atentado contra a pureza e louçania da língua [...]” conforme afirmou Julio Nogueira na revista *A Escola Primária* (NOGUEIRA, 1923, não paginado).

As tabuletas do comércio e as legendas do cinema contribuía significativamente para “macular a pureza idiomática” segundo relatos impressos. Outro fator de desestabilização linguística mencionado na imprensa era o ensino.

O mal iniciava-se nas escolas primárias de acordo com escritor d’*A Gazeta*: “É tão comum verem-se crianças ignorantes no portuguez que já estudam e falam francez... de que maneira meu Deus! Como o francez, outros tantos idiomas vivem immiscuidos em nosso falar, deturpando-o horriavelmente. É deplorável!” (*A Gazeta*, 1925, p. 2). Além das escolas primárias, as academias e liceus aditavam compêndios em francês e italiano e os alunos os decoravam “ao pé da letra” (ABREU, 1907, p. 1).

Os professores eram costumeiramente acusados de atuarem como facilitadores da introdução de palavras estrangeiras no Brasil. Conforme escritor cearense, no colégio em que se formou, não era raro ouvir dos docentes frases francesas (SYNEBORA, 1920, não paginado). Já em periódico carioca, a crítica é direcionada aos estabelecimentos de educação feminina, dirigidos em sua maior parte por freiras de outros países: “Allegam serem as meninas, nesses collegios, desagregadas da terra natal, e a tal ponto que, concluindo o curso, falam admiravelmente o francez, ou o italiano, e desconhecem, em absoluto, o idioma natal [...]” (LÊ, 1923, não paginado).

Além da questão educacional, as moças eram acusadas com maior frequência de deturpar o idioma nacional. Conforme artigo de Ancilla Domini, as meninas eram as grandes culpadas pelos “remendos” da língua: “[...] por influencia talvez de collegios e professoras estrangeiras e certamente por muito grande influencia do figurino francez. O jornal das modas é a principal leitura das *demoiselles*.” O domínio do francês no mundo da moda era tão intenso que “já em certa roda não se dizem mais as cores em portuguez: cinzento virou *gris*, castanho ou pardo, só póde ser *marron*, sem falar no *grénat*, *fraise*, *écrasée* e outras que taes!” (DOMINI, 1925, p. 322).

Ainda no mesmo artigo, Ancilla Domini afirmou que não parava por aí o excesso de amor das moças pelas línguas estrangeiras. Relatou que ouviu “contar de certa menina, brasileira legitima, que, sempre que lhe era possível, se confessava em francez, porque assim os peccados ficavam mais *bonitinhos*. Até isso!” (DOMINI, 1925, p. 322).

Apesar das lamentações e da inserção de “embelecos e postiços” na língua, havia, ainda que em menor medida, escritores que procuraram demonstrar o quanto essas transformações eram necessárias e estavam vinculadas às transformações do mundo moderno a partir do desenvolvimento do capitalismo. A economia, o progresso e o mundo globalizado exigiam o intercâmbio entre as línguas e não havia motivo para que os gramáticos se tornassem os “protecionistas da linguagem”.

O poeta Junqueira Freire foi um entusiasta dos estrangeirismos e sugeriu que se retirasse do francês as palavras que não possuíssem correspondência no português: “Sigamos a França. Porque ela é o farol que ilumina todo mundo civilizado” (FREIRE, 1881, p. 25). Ademais, questionou: “Por que não podemos, sem crime de lesa-majestade,

abraçar termos que carecemos? Por que havemos, por covardia inepta, ficar pobres para todo o sempre?” (FREIRE *apud* PINTO, 1881, p. 25).

O filólogo Mário Barreto⁴ e o gramático João Ribeiro⁵ também fizeram oposição aos puristas. Ambos concordavam que os empréstimos eram necessários para o crescimento e o desenvolvimento da língua. João Ribeiro afirmava não haver língua que não fosse “uma Babel de outras línguas”. Trata-se de um aspecto do progresso e da solidariedade humana (RIBEIRO, 1923, p. 19).

Na imprensa, Alexandre de Albuquerque também defendeu essas ideias ao afirmar que “a vida moderna, depois do ciclo das navegações, tornou-se universalista, com um acentuado carácter internacional.” Nesse novo mundo que surgia, o estrangeiro e a língua estrangeira não eram mais, como antigamente, inimigos. Não havia necessidade daquela “muralha de preconceitos nacionalistas” que “isolava os povos.” Com a moderna intensificação do comércio internacional, “a língua passou a ser um elemento de penetração, um instrumento de ataque na rude concorrência econômica.” A língua não deveria mais ser uma couraça, protegendo-se com uma armadura das palavras estrangeiras. Deveria, em realidade, ser um forte aparelho de irradiação. Antes de ser encarada como um “elemento estético”, a língua deveria ser compreendida como um “fenômeno econômico” (ALBUQUERQUE, 1919, não paginado).

No geral, os gramáticos eram os grandes protecionistas da linguagem, afirmava escritor d’*A Manhã*. Eles viviam em constante vigilância bradando alarmados contra a invasão dos vocábulos estrangeiros: “Acham eles que nós podemos aceitar o colono italiano, hespanhol, polaco, alemão ou russo; mas exigem, parece, que esses hospedes, integrando-se na raça e na economia nacionais, esqueçam inteiramente os termos do seu vocabulário [...]”. E questionava-se: “Isso seria, por acaso, possível?” (O protecionismo na linguagem, 1926, não paginado).

⁴ Mário Castelo Branco Barreto (1879-1931) foi um dos maiores nomes da filologia no Brasil. Colaborou em vários jornais e revistas e frequentemente respondia às questões sobre língua propostas a ele. É autor de *Estudos da Língua Portuguesa* (1903), *Novos Estudos da Língua Portuguesa* (1911), *Através do Dicionário e da Gramática* (1927), entre outros.

⁵ João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934) era membro da Academia Brasileira de Letras, jornalista, crítico literário, filólogo e tradutor. Escreveu diversos livros sobre a língua naquele período, tais como: *Páginas de estética* (1905), *A língua Nacional e outros estudos linguísticos* (1906), *Estudos filológicos* (1884), dentre outros.

Foram encontrados registros em favor da utilização de termos estrangeiros desde o século XIX. Conforme escrito em periódico vassourense em 1883: “o mundo marcha [e] elle tende progressivamente a constituir-se uma só familia, a confraternizar-se com todos os povos [...] como querem os philologos puristas condemnar e prohibir os vocabulos[...].?” (PECEGUEIRO, 1883, p. 158).

Se algumas palavras estrangeiras já haviam sido adotadas e autorizadas, por que razão outras deveriam ser repelidas? Para muitos, as ideias restritivas eram, de fato, um disparate contraproducente. Era preciso entender que as coisas, os costumes, as línguas, as expressões e os modos de dizer mudavam com o tempo, como tudo mais que existia no mundo.

Considerações finais

Apesar dos registros “progressistas” e da aceitação por parte de alguns, o que se viu de forma latente na imprensa brasileira nos primórdios do século XX foi a crítica intensa ao “vício estrangeirista”. Os escritores denominaram vício pois, quando o uso de termos estrangeiros foi utilizado com intenção de nomear um objeto novo ou por qualquer razão considerada necessária, eles foram aceitos. O que, pelo contrário, merecia reprovação segundo eles, era a multidão de termos e expressões estrangeiras que vinham sobretudo da França, e que serviam para deturpar e desvirtuar a “opulentíssima língua portuguesa”.

Logo, o uso de palavras estrangeiras em si não era o grande problema para parte dos escritores brasileiros que publicaram seus textos na imprensa. O que perturbava era o emprego inoportuno, a locução mal escrita e a pretensão das pessoas de utilizá-las por arrogância e desejo de distinção. Além do mais, compreendia-se que era impossível estar sempre de olhos abertos para que não entrassem “contrabandos”, ou seja, novas palavras estrangeiras. Peter Burke (2010, p. 163) chegou a utilizar o termo “pânico moral” ou “ansiedade de contaminação” para referir-se ao medo que as pessoas tinham das palavras estrangeiras. Com o passar das polêmicas, os “paladinos da pureza linguística” foram percebendo que a utopia da língua pura perdeu espaço para uma língua dinâmica e sujeita às múltiplas interações humanas.

Os debates em torno da utilização de termos estrangeiros permanecem vivos atualmente, ainda que suscitem menos paixões que no passado. Marcos Bagno (2001, p. 64) nos lembrou, por exemplo, que a bandeira do grande “invasor linguístico” era representada em Portugal em finais do século XX pelos “brasileirismos”. Em 1983 foi publicado um livro coletivo chamado *Estão a assassinar o português* e as telenovelas brasileiras, bastante disseminadas na antiga metrópole, eram as principais veiculadoras desse mal. Tudo indica que muitos pensadores portugueses não tinham o Brasil e suas variações linguísticas em alta conta, algo diferente de muitos casos ocorridos em terras brasileiras conforme vimos neste artigo.

No Brasil do século XXI, o principal invasor deixou de ser o francês e passou a ser o inglês. Em consonância com Marcos Bagno, é de se admirar a incompetência dos assassinos da língua portuguesa que “estão matando ela há duzentos anos, trezentos anos, e ela continua resistindo, viva, forte, falada e escrita por cada vez mais gente. É um crime que nunca se acaba de cometer...” (BAGNO, 2001, p. 65). Afinal, o português não permanece vivo? Uma língua não é uma instância dinâmica em constante mutação? Acreditamos que sim.

REFERÊNCIAS

- A LÍNGUA. **A Violeta**: orgam do grêmio litterario “Julia Lopes”. Cuiabá, n. 113, 30 jan. 1924.
- A **GAZETA**, São Paulo, n. 2676, 11 jan. 1915.
- A **GAZETA**, São Paulo, n. 5681, 05 jan. 1925.
- A **SEMANA**, Rio de Janeiro, n.87, 28 ago. 1886.
- ABREU, F. Pinto de. Pureza da lingua. **A República**, Natal, n. 223, 26 nov. 1907.
- ACACIO, Horario. Nacionalisação das taboetas. **Careta**, Rio de Janeiro, n. 586, 13 set. 1919.
- ALBUQUERQUE, Alexandre de. A Reforma Ortografica. **A.B.C.:** Politicas, Actualidades, Questões sociaes, Letras e Artes. Rio de Janeiro, n. 247, 29 nov. 1919.
- ASSOCIATION POLYTECHNIQUE DE PARIS. **A Razão**, Rio de Janeiro, n. 107, 04 abr. 1917.

BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.) **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

BONS DIAS!. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 66, 07 mar. 1989.

BUENO, Francisco da Silveira da. **A formação histórica da língua portuguesa**. Edição Saraiva, São Paulo, 1967.

BURKE, Peter. **Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Unesp, 2010.

CANUTO, J.. A Diffusão da Lingua Ingleza pelo cinema seria o maior de todos os benefícios. **Correio do Estado**, Corumbá, n. 318, 22 nov. 1929.

CARPEAUX, Otto Maria. Uma voz da democracia paulista. In: **Reflexo e Realidade**. Rio de Janeiro: Fontana, s.d.

CORREIA, Leoncio. Pela dignidade do idioma, **O Dia**, Curitiba, n. 1773, 13 mar. 1928.

DOMINI, Ancilla. Uma liga. **Beija Flor**, Petrópolis, n. 21, primeira quinzena nov. 1925.

EXTRANGEIRISMO. **A Capital**, Cuiabá, n. 89, 01 mar. 1925.

ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador**. V.1: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann: Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Guerras em torno da língua – Questões de políticas linguísticas. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.) **Estrangeirismos – guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

FON-FON, Rio Janeiro, n. 21, 24 mai. 1913.

FREIRE, Junqueira. Pureza [1852] *apud* PINTO, Edith Pimentel. **O Português do Brasil**. Textos críticos e teóricos. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1978. V.1: 1820-1920 Fontes para a teoria da história, p. XLI.

MAGALHÃES JUNIOR, R. **Frou-Frou**, Rio de Janeiro, n. 11, jan. 1930.

LÊ, Lila. Estremecimento. **A Maça**, Rio de Janeiro, n. 50, 20 jan. 1923.

N., L. V. Coisas da epocha. **A Pátria**, Rio de Janeiro, n. 14, 20 mar. 1903.

NOGUEIRA, Julio. Erros habituaes de linguagem. **A Escola Primária**, Rio de Janeiro, n. 10, novembro 1923.

O PROTECIONISMO NA LINGUAGEM, **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 05, 1926.

PAPAFITA, Dr. Filmando. Chronica. **A Maça**, Rio de Janeiro, 04 abr. 1925.

PECEGUEIRO, L. M. Os galicismos. **O Vassourense**, Vassouras, n. 16, 22 abr. 1883.

RIBEIRO, João. **Colmeia** (Segunda serie de Notas de um estudante do mesmo autor). São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1923.

RIBEIRO, João. Defesa da lingua. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 1220, 22 nov. 1929.

RIO, João do. [1910] **A Alma encantadora das ruas**: crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, A. J. Veiga dos. **Extrangeirismos**. *O Dia*, Curitiba, n. 1106, 11 dez. 1926.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**: ensaios. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STEINBERG, Jonathan. O historiador e a questione della língua. In: BURKE, Peter e ROY, Porter. **História social da linguagem**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. In: Ana PIZARRO. **América Latina**: Palavra, Literatura e Cultura, Campinas: UNICAMP, 1993. Vol. 2.

SYNEBORA. Uma chronica fascinante. **A Nota**, Fortaleza, n. 181, 03 abr. 1920.

V., F. Tres tiras. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n.8980, 06 mai. 1909.